

A sedução do novo ou ousadias temerárias

YONNE DE SOUZA GROSSI

Professora do Departamento de Sociologia PUC-MG.

Os homens têm necessidade de um sentido de história comparável ao senso de orientação dos pássaros migradores. Quaisquer que sejam as circunstâncias conjunturais, o homem não pode contentar-se com uma existência sem obsessão e utopia. Um povo é, antes de tudo, uma memória.

Régis Debray

Prefácio aos Carnets de Victor Serge,
Actes Sud Ed., Paris, 1985.

A figuração do tempo vem de épocas imemoriais: o rio, a linha, o círculo, a espiral, entre outros. Desde a antigüidade kronos marca sua presença criando modos, ritmos e cadências no tempo: Os Trabalhos e os Dias de Hesíodo; o tempo sagrado dos calendários islâmico e cristão com suas festas, jejuns, orações; o tempo fulgurante das revoluções com Robespierre, Michelet, Marx¹. No tempo das mudanças e das revoluções, ritmos e cadências se entrecruzam, brocando espaços de sonhos, transgressões, insurgências. Seu propósito não é dizer o mundo, mas apropriar-se dele para recriá-lo em sua realidade. Para tecer imaginários

¹ DOMINGUES, Ivan. O Fio e a Trama. São Paulo: Iluminuras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p. 76.

capazes de sustentar ambições. Trata-se da busca de horizontes além, que encarnam a esperança do novo.

Ernest Bloch me fala de sonhos diurnos e noturnos². Os noturnos são acolhidos por Freud. E os sonhos acordados? Estes obrigam os homens a se descobrir em seus desejos; a abrir a ordem do possível; a se confrontar com o destino que agora escolhem. No sonho acordado nega-se a realidade para inventá-la em visões imaginárias. Nele se enraíza a esperança. Sua ambição é fundar novo mundo atribuindo-lhe valor e significado. O sonho acordado me faz ver pela primeira vez, desacomodando necessidades e medidas. A razão enfrenta os labirintos da paixão. Sabe alguém de onde ele veio? Como assinala Bachelard, “jamais esboços, sempre centelhas”³. É o incitar da efervescência.

A efervescência política, em particular, costuma acompanhar momentos de decisão e crise. Acontecimentos se precipitam e se constituem em forças capazes, às vezes, de encaminhar mudanças. Trata-se de tempos em que o velho vento da utopia solapa a tradição, provoca as rupturas. Este artigo pretende cartografar dois movimentos que sagram as malhas da capital centenária de Minas: o debate de 1891 na Constituinte Mineira, em Ouro Preto, que precede a fundação de Belo Horizonte e a conjuntura que antecipa a intervenção político-militar dos anos sessenta, representando uma ruptura institucional dramática na sociedade brasileira. Algumas questões intrigam meu percurso: que imagens territorializam as aspirações dos sujeitos envolvidos? De que modo elas estruturam grupos e classes? Como se expressa a recepção do novo?

Dois pressupostos direcionam o trabalho. O primeiro se ancora na proposição de Claude Lefort de que nossas utopias nascem na servidão⁴. O outro se balisa em Pierre Nora, que ao criar a expressão “aceleração histórica”, examina a rapidez contemporânea desintegrando lugares do passado, onde a busca de vestígios interditar a perda de identidade⁵.

Por que ousadias temerárias?

Segundo Cioran o homem ama a tensão e deseja avançar, não tendo para onde ir quando se locomove no interior da perfeição⁶. No apocalipse lemos: “logo será o fim de tudo, e teremos um novo céu e uma nova

2 BLOCH, Ernest. El hombre del Realismo Utopico. In: CAFFARENA, José Gomez et al. En favor de Bloch. Madrid: Taurus, 1976. Ver também FURTER, Pierre. Dialética da Esperança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

3 BACHELARD, Gaston. O Direito de Sonhar. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991, p.10.

4 LEFORT, Claude. Conferência de abertura do seminário. Os Sentidos da Utopia, organizado pela professora Heloisa Maria Murgel Starling, UFMG. Ouro Preto, 28-30.04.91.

5 D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora. Revista Brasileira de História. São Paulo: set. 92 / ago. 93, v. 13, nº 25/26, pp. 97/103.

6 CIORAN, Emile M. . História e Utopia. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp. 132, 101.

terra”. Segundo o autor, se eliminamos o céu e substituímos a “nova terra” por cidade, temos a chave dos sonhos acordados. Todavia, o que importa é a expectativa do acontecimento novo, o insólito da espera. Mas, pergunto: de onde sairá esta cidade, este ícone imaginado com promessa de possibilidades? A busca, às vezes, pode parecer inconclusa e suspensa.

Na província de Minas, malogradas tentativas de construção de uma nova cidade/capital arrebatava sonhos das classes dirigentes. Havia intervalos na travessia do desejo de mudança da capital. A idéia era um acalanto antigo, pois os inconfidentes pensaram em transferi-la de Ouro Preto para São João d’el Rei. Após a independência em 1833 houve outra tentativa. Em 1843 o presidente da província Soares de Andréa pretende a mudança. Até metade do século XIX, cinco tentativas alimentaram os sonhos de transferência⁷. Já em 1867 o presidente da província veta o projeto de mudança do deputado Padre Agostinho de Souza Paraíso, aprovado pela Assembléia Legislativa Provincial. Sob pressão dos habitantes de Ouro Preto, a Assembléia não vota a recusa ao veto. Com o fim da monarquia, antes mesmo de se reunir a Constituinte Mineira, o presidente do governo provisório, Augusto de Lima, assina um decreto, transferindo a capital para o local onde se fundaria Belo Horizonte, que não foi publicado. O sonho urbano de uma capital moderna, planejada, sem marcas do passado, se efetiva no confronto entre republicanos progressistas, ex-liberais conservadores e ex-monarquistas ligados ao ideal do antigo regime. Na ação dos jovens políticos, a palavra progresso balisa sempre os argumentos que canalizam a decisão de mudança da capital de Minas Gerais⁸.

Na 5ª sessão ordinária do Congresso Constituinte, a 4 de maio de 1881, o Sr. Silviano Brandão comenta o arroubo das opiniões, concordando que tratando-se de uma questão que jogava com elevados interesses, as falas não poderiam isentarem-se de paixão. Opina que a mudança é uma questão financeira, indagando da tribuna: se Ouro Preto é o sorvedouro das rendas públicas, a nova cidade não será um sorvedouro ainda maior? Não crê, como declaram uns, que o atraso de Minas venha de sua capital, obstáculo ao desenvolvimento intelectual e materi-

7 As informações concernentes ao debate sobre a mudança da capital, não só ao longo do século XIX como na Constituinte Mineira de 1891 são encontradas in: FERNANDES DE ASSIS, Luiz. “Documenta - A Mudança da Capital na Constituinte Mineira de 1891”. Sobre a Mudança da Capital: 5ª sessão ordinária (04.05.1891); 6ª sessão ordinária (05.05.1891); 10ª sessão ordinária (09.05.1891); 31 sessão ordinária (07.06.1891); 11 sessão ordinária (11.05.1891). Fonte: Anais. Cad. Esc. Legisl. Belo Horizonte, 3(5): 141-181, jan/jun. 1997.

8 Do debate entre os defensores e adversários da mudança chegou-se a um acordo, sendo escolhidos 11 deputados que dariam pareceres sobre o ante-projeto do governo. Os deputados elaboraram um aditivo sobre a localização da capital em ponto central, no vale do Rio das Velhas, com prazo de quatro anos para o cumprimento da medida. Foram sugeridas outras localidades: Catas Altas do Mato Dentro, Vale do Rio Doce, Várzea do Marçal, Planalto do Piuí, Vale do Rio das Mortes, Barbacena e Juiz de Fora. Cadernos da Escola do Legislativo, op. cit., pp. 142-4.

al do estado. Cita outros estados como Bahia e Pernambuco, com “belas capitais”, passando pela mesma situação. Condena sim, a centralização administrativa do poder, que dá vida só ao Rio de Janeiro. Observa que os quatro mil contos destinados à mudança não edificariam a cidade, que nada produzindo durante anos oneraria o tesouro. Conclui que o projeto é “inoportuno e desastroso” para o estado.

Adversário da mudança, Silviano oculta em seu discurso as linhas de força que, em segundo plano, o articulam: a imagem da crise e seus desdobramentos. Assim, a calma e a estabilidade, tão cara aos conservadores, requer a presença onírica da tradição, presente na antiga capital. Cumprido o itinerário integrador, a fala aponta como inimigo o outro: o estado. Não tarda, porém, a chegada do velho vento da utopia, trazendo o sopro que a reacende.

No dia 3 de maio de 1891 o Congresso Constituinte se reúne em sua 6ª sessão ordinária. Com a palavra, o Sr. Ildefonso Alvim defende a autonomia dos municípios, denunciando a uniformidade prevista pela antiga legislação. Ao tratar o assunto da mudança da capital o deputado afirma ser jovem e que precisa cultivar ideais. Declara a legitimidade de sua posição a favor da transferência da capital, por expressar a vontade daqueles a quem representa. Interesses lhe foram confiados na crença de que ele os defenderá. Declara que foi “considerado, assim como outros colegas que partilham desta opinião, como acalentador de ‘ousadias temerárias’”. Interpela o senador Pedro Xavier da Veiga que “no prurido de bem tornear frases atirou-lhe alusões injuriosas”. Critica a preocupação com as despesas provocadas pela mudança e indaga: “pelo fato de a capital ficar em Ouro Preto, estas despesas não serão feitas?” Quanto às especulações de toda ordem devido ao deslocamento da capital, Ildefonso faz crer que é possível contornar as dificuldades. Lembra que “seu amor por Minas é muito grande”. Também “ama Ouro Preto, seu torrão de nascimento”. Mas “seu amor por Minas é o mesmo ali ou acolá”. Não acredita que “haja tanta odiosidade para Ouro Preto da parte daqueles que querem a mudança da capital; as famílias de Ouro Preto não ficarão na miséria com a transferência da capital. Apenas perderão aluguéis”. Considera “uma injúria à própria cidade de Ouro Preto, dizer-se que transferindo a capital daqui para outro lugar, de nada valerá esta cidade, tão cheia de tradições, e cujo futuro rivalizará com o de suas irmãs”. Ildefonso sentencia: “por ventura as outras cidades de Minas, para a sua prosperidade, necessitaram e necessitarão de ser capital do Estado?” Ao encerrar sua fala o orador pontua: “peço desculpas por essas ‘ousadias temerárias’ de um jovem inexperiente e sonhador”.

As sessões ordinárias prosseguem polemizando a mudança. Na do dia 9 de maio, o sr. Xavier da Veiga se mostra contrário à transferência da capital para o vale do Rio das Velhas. Mas, arrebatado pela expecta-

tiva do novo, expõe com convicção que “em próximo futuro talvez sejamos impelidos a levá-la para Vitória, às margens do oceano, abrindo-se assim novos e esplendorosos horizontes à prosperidade e engrandecimento do estado de Minas...” Isto se o pacto de anexação do estado do Espírito Santo se concretizasse, sendo a transferência da capital uma das condições. Votaria a favor, confessa, “por mais doloroso que seja ao meu coração” pois “acima de tudo coloco os grandes e reais interesses de Minas”.

Essa questão de se propor caminhos, questão atormentada pelo desencontro de opiniões, tece como pano de fundo a ordem do desejo e o fascínio do sonho. De repente, um mundo inteligível e racional é tocado por “ousadias temerárias”, milagrando frestas que estreitavam a amplitude de visões do futuro. A cena inconclusa cria um brilho que irradia possibilidade. Conexões, antes indizíveis, sugerem promessas. É preciso ir além do que está posto. Surge a vez do ruidoso e inquieto Dionísio com sua oferenda de delírio e embriaguez. Ritual que costuma acompanhar atos de fundação.

A inauguração da nova capital, gestada em sonhos, polêmicas, planos, acontece a 12 de dezembro de 1897. A cidade vem na marca do sonho de uma nova ordem, que nega o passado de servidão colonial e dependência da coroa portuguesa. Acolherá os ecos de poder do novo regime. Filha do Brasil republicano e da modernidade, foi batizada nas montanhas de Minas. E a antiga capital? Para Ciro Bandeira de Melo, Belo Horizonte e Ouro Preto irão compor uma alegoria que traduz o encontro entre o mítico e a utopia. “... longe de ser esquecida pela construção da nova capital, podia tornar-se solo sagrado do culto republicano dos heróis inconfidentes”⁹. Intrigante sonho acordado, dirá Bloch. É preciso que haja a hora dos sonhadores, sussurra Bachelard¹⁰.

A capital vai-se construindo como lugar de poder, de conflito, de trabalho, de sociabilidade, nas malhas bucólicas de seu cotidiano. No entanto, quando Belo Horizonte adolecia, pela primeira vez, trabalhadores quebram a ordem instituída de uma cidade apolínea, organizada, higienizada, segundo os cânones da época. É a valorosa greve de 1912, desintegrando, em parte, uma tradição de estabilidade social. Durante 9 dias, ruas e praças centrais perderam sua calma costumeira, com a irrupção da jovem classe operária na cena cidadina. Nessas plagas, outros movimentos envolvendo o mundo do trabalho irão cortejar décadas posteriores¹¹.

9 BANDEIRA DE MELO, Ciro F. C. . “Belo Horizonte: do arraial à MetrÓpole”. In: Anais da 49ª Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, jul. de 1997, v. 1, p. 1.

10 BACHELARD, op. cit., p. 78.

11 Informações podem ser encontradas em: FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. A Classe Operária em Belo Horizonte. V Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG/PROED; DUTRA, Eliana

Na travessia entre as duas marcas fundantes deste trabalho, outros fragmentos de memória pedem passagem para pontuar o fazer inovador. Assim, algum tempo após a instalação do rádio no Brasil, a jovem capital realiza um sonho: a fundação, em 1929, de sua primeira emissora: a Mineira. Traçada nos ideais conspiratórios das classes dominantes, foi peça singular na trama secreta do movimento armado de 1930, em Minas Gerais¹². Já em 1940, Belo Horizonte recebe o deslumbrante conjunto arquitetônico da Lagoa da Pampulha, criação do espírito rebelde de Oscar Niemayer e do paisagista Burle Max. Em 1951 Niemayer volta a Minas através da criação de um projeto habitacional, por decisão do então governador Juscelino Kubitschek, em sua promessa revolucionária de integração sócio-cultural dos moradores: uma cidade dentro de Belo Horizonte¹³.

Já nos anos sessenta, jovens estudantes, trabalhadores, intelectuais, entre outros, pretendem se constituir em sujeitos de uma nova história na vida do país. Sua organização e mobilização têm por objetivo uma radical transformação social. Os frutos, produto do trabalho, se mesclavam às flores, esperança dos movimentos revolucionários emergentes.

A utopia nos vincos do tempo

Falar nos anos sessenta, pode ser falar em subversão. Pode ser inquietar crenças ordenadas dos que escutam ... Falar nos anos sessenta evoca cenários lacunares. Um deles representa, no dizer de Habermas, sujeitos capazes de linguagem e de ação, forjando novas identidades. Identidades coletivas. Constrõem seu topos de poder e suas tópicas emblemáticas de visões de mundo. Rejeitam o silêncio acomodado, transgridem, subvertem, insurgem... Falar nos anos sessenta nos remete ao começo da década, “que talvez tenha sido a mais intensa fermentação ideológica e política da história de um país que então se politizava ou se conscientizava, para usarmos a palavra mágica da época”¹⁴.

A Constituição de 1891 atribui às forças armadas o papel de “manutenção da lei”. A de 1934 completa: “e da ordem”. Ora, a ordem sempre fascinou os homens. A ordem permite que se faça previsões. Donde um culto burguês da ordem que se baseia na afirmação da autonomia: com

de Freitas. Caminhos Operários nas Minas Gerais. São Paulo: UCITEC/UFMG, 1988; FARIA, M.A.; GROSSI, Y. S. . “Em Belo Horizonte Operários vestem Camisas Verdes?”. Cadernos DPC nº 8 e Revista do Departamento de História nº 10. Belo Horizonte: UFMG, 1990. NEVES, Lucília de Almeida. “Trabalhadores na Crise do Populismo: utopia e reformismo”. In: 1964 — Visões Críticas do Golpe. Caio Navarro de Toledo (org.); Campinas: ed. UNICAMP, 1997, pp. 55-71.

12 MARTINS, Fábio. Cidade e Rádio — primeira escrita. Belo Horizonte: Departamento de Comunicação Social, UFMG, 1997, 2ª parte, c.I. No prelo.

13 PIMENTEL, Thais Velloso Cougo. A Torre JK. Belo Horizonte - Sec. de Est. da Cultura, 1993.

14 STARLING, Heloisa M. Murgel. Os Senhores das Gerais - Os novos inconfidentes e o golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 19.

figurações múltiplas, com normatização das justas medidas entre as posições ocupadas pelo senhor, pelo proprietário, pelo dirigente. “Todo esse culto testemunha uma vertigem diante do que considera desordem”¹⁵. De fato, a intervenção político-militar de 64 se deu em nome da ordem democrática ameaçada. A ordem estava para se romper. Fenômenos não previstos conformavam uma conjuntura de crise. No bojo da crise uma mobilização crescente das classes subalternas por transformações estruturais, nomeadas reformas de base. Entre elas, a reforma agrária, a mais polêmica.

Organizações à esquerda pretendiam dirigir as lutas sociais e políticas da população. Propunham encaminhar essas lutas no sentido do extermínio da exploração social, da dominação do capital internacional, pela construção de uma sociedade nova, sem as amarras do capitalismo. Esses princípios cimentavam a prática das correntes ideológicas, engendrando linhas políticas orientadoras de ações. Tais forças políticas expressavam trajetórias diferentes, com singularidades em suas táticas de agregação e articulação de interesses de classes. A título de exemplo, citamos os sindicatos rurais e as ligas camponesas fundados para organizar e mobilizar os trabalhadores do campo, na luta por suas reivindicações. Representavam linhas políticas diferenciadas.

Assim, setores da população, anteriormente marginalizados, entram na cena política. No campo, ligas e sindicatos se constituíam, na efervescência de uma reforma agrária, “na lei ou na marra”. Trabalhadores urbanos participam da fermentação ideológica e política nos sindicatos oficiais e movimentos paralelos, estendendo sua coordenação a outras categorias sociais. O período do presidente Goulart será propício para a organização das classes subalternas. Trata-se de um governo que busca o apoio dos trabalhadores. Por origem de partido e herança Getulista¹⁶. Essa permeabilidade política dará ensejo à criação de uma CGT, em agosto de 1962. Como também, de uma Frente de Mobilização Popular, cuja bandeira são as reformas de base.

As reformas de base ou de estrutura não representam um apelo manipulatório do nacional-populismo. Colocam-se como uma “exigência objetiva” do modelo de desenvolvimento econômico implantado nos anos 50 / 60¹⁷. Trata-se de um modelo que contemplará o uso intensivo de capital, a par de uma tecnologia cada vez mais sofisticada, tendendo à produção de bens duráveis de consumo. Tudo isso, acoplado à presença do grande capital, conformando um modelo dependente-associ-

15 LEFORT, Claude. “A imagem do corpo e o totalitarismo”. In: *A Invenção Democrática*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 107-121.

16 MOREIRA ALVES, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984, p. 25. NEVES, Lucília, op. cit.

17 CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio, Civilização Brasileira: 1968, p. 10.

ado, que após 64 se afirma como um dos determinantes social e político¹⁸. A implantação do novo modelo agrava contradições tanto internas quanto externas, no referente a empréstimos e remessa de lucros para o exterior. Irá deixar a descoberto, no início dos anos sessenta, os desequilíbrios regionais, setoriais, sociais, institucionais. A “distribuição assimétrica de oportunidades” entra em conflito com a “legítima satisfação de necessidade”¹⁹. O governo Goulart se defronta com o problema de não só retomar o processo de desenvolvimento, interrompido no inter-reino Jânio Quadros, como também solucionar as contradições que esgarçavam o tecido social, acirrando as “lutas de classe”, bem como incitando as “classes em luta”²⁰.

Despertadas as forças populares na vaga de correntes ideológicas, as mobilizações ganham as praças, as fábricas, as escolas, setores da Igreja, dos intelectuais, dos políticos, dos artistas, das forças armadas, dos sindicatos, das favelas, do campo. Reformas de base representam a ruptura com o arcaico; o desejo de criar uma sociedade nova; a contestação da desigualdade e das injustiças sociais; o exorcismo da crise econômico-social que se aprofundava. Sensibilizados, os excluídos irrompem em movimentos, alicerçados pelas organizações políticas e ideológicas à esquerda. Criou-se a imagem de um país, onde as estruturas sócio-econômicas inviabilizavam as aspirações de desenvolvimento nacional-democrático. Além disto, essas aspirações entravam em choque com os interesses predatórios do imperialismo.

O desejo era transformar o mundo, e o mundo era o Brasil. Criou-se uma utopia para instauração de nova sociedade para trabalhadores do campo e da cidade. Era a magia do novo, da mudança, em que sujeitos coletivos se entregavam à luta idealizada. Despidos, não raro, de sua singularidade. A coletividade passa a ser tudo. O indivíduo é abandonado pela matriz do coletivo, que amplia os horizontes na apoteose da vitória. Divergências ideológicas das organizações políticas à esquerda somam menos que os objetivos convergentes. Importa sim, que o mundo real torne-se uma miragem ideológica. Projeção do desejo acoplado à ilusão de uma nova ordem social. Questionar tudo. Revirar tudo. Tudo é possível. Sujeitos do gozo de mudar valores, crenças, idéias. Lembrem heróis trágicos da Grécia, a transgredir a lei aceita pela comunidade e sancionada pelos deuses²¹.

Entretanto, as reformas, afinal o que significam? Mudanças superfi-

18 FARIA, Vilmar. “Desenvolvimento, Urbanização e Mudança na Estrutura do Emprego: a experiência Brasileira nos últimos 30 anos”. In: Carlos Estevam Martins et al. *Sociedade e Política no Pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 118-163.

19 MOREIRA ALVES, Maria Helena, op. cit., p. 11.

20 URRY, John. *Anatomia das Sociedades Capitalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 72-73.

21 FERNANDES, Heloisa Rodrigues (org.). *Tempo do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 90.

ciais de conteúdo, consolidando a expansão capitalista? Ou reformas de conteúdo revolucionário, visando coletivizar a propriedade no campo, no caso da reforma agrária; e a propriedade na cidade, no caso da reforma urbana? O mesmo se poderia indagar das demais reformas propostas, tais como a educacional, a tributária, a bancária, a administrativa, a cambial etc. Havia uma certa ambigüidade no discurso das lideranças à esquerda²². As respostas às perguntas anteriores deixavam constatar que, nos grupos de esquerda, a tomada de decisões era diferente, não coincidente, no que se refere a problemas de organização, táticas e estratégia de luta.

Entretanto, a coerência do discurso ideológico, segundo Chauí, advém de suas lacunas. Essas representam a condição de sua existência e de sua força. O discurso ideológico se torna coerente e gera eficácia, pelos brancos: não diz tudo nem pode dizê-lo. O preenchimento das lacunas danificariam o discurso. Retirariam dele seu lugar de poder e de convencimento²³. Como exemplo, citamos a reforma agrária, tida como “na lei ou na marra”; na lei o caminho constitucional. E na marra? A realidade parecia não mais existir. Era a miragem. A contingência da luta era apropriada pela utopia.

A UNE tem tradição de luta desde os tempos da ditadura Vargas. Participou da campanha do Petróleo, defesa de trabalhadores, posse de Juscelino e de Goulart em 1961. Todos movimentos nacionalistas. Pretende agora a aliança operário-estudantil-camponesa, muitas vezes sustentadas por agremiações radicais de esquerda²⁴. Ora, as Ligas assustam, principalmente no nordeste. A inquietação das massas populares urbanas fermenta a cena política. Entretanto, essa atuação se restringe apenas à esquerda, que conta com o apoio e incentivo do governo. À direita perfilam-se a grande Imprensa, o capital internacional, associações de classe como as do comércio, indústria, agricultura, além de estratos sociais médios, setores da Igreja, entre outros²⁵. Todos conspiram, questionam, testemunham, falam e desejam ser ouvidos. Até setores das forças armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais subvertem a hierarquia de seus comandos. As instituições correm risco. A audácia da mobilização popular torna-se assustadora.

Ante o vigor da contestação popular, imagens de catástrofe são construídas: o governo Goulart leva o país aos caos; a nação se encontra à beira do abismo: o comunismo internacional, mediado pelos seus agentes internos, quer destruir a civilização cristã ocidental, da qual o país

22 CORBISIER, Roland, op. cit., pp. 6-7.

23 CHAUI, Marilena. Cultura e Democracia — o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1981

24 IGLESIAS, Francisco. Trajetória Política do Brasil (1500-1964). São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 292.

25 DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado — Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

participa; a oposição é anarquia e destrói a democracia; em nome da democracia o congresso deverá ser fechado, os sindicatos postos sob intervenção etc.²⁶. De um lado, marchas da Família com Deus pela Liberdade; de outro, passeatas de estudantes e trabalhadores. Os limites estão prontos para a ruptura? Cabe lembrar, no entanto, que uma interpretação de 64 não se dissocia do contexto da guerra fria, e dos princípios da doutrina de segurança nacional.

Horizonte espesso recebe os idos de março de 1964. O comício do dia 13 pelas reformas de base, com Goulart assinando desapropriação de terras; a rebelião dos marinheiros dia 26, sendo presos e anistiados por Goulart; a festa dos sargentos no Automóvel Club do Rio, dia 30, à qual Goulart comparece, levando seu apoio às rebeliões militares. Esses são sinais da possibilidade de alguma intervenção golpista. Mas à esquerda, o clima é de euforia e de fermentação.

Belo Horizonte, provincial para uns, conservadora para outros, não consegue abafar vozes de um vasto movimento de esperança. Justiça e igualdade social são a tônica das manifestações populares. A marca é a transgressão e o desejo de ruptura com a ordem. Já em 1961, realiza-se aqui o congresso camponês, que trouxe representantes de alguns estados, mas principalmente de cidades mineiras. As ligas camponesas começavam a se ramificar em Minas, à moda das criadas no nordeste por Francisco Julião²⁷.

Mas, os camponeses que se reuniram em Belo Horizonte “manifestaram que nada tinham e nada sabiam fazer: não tinham terra e não possuíam espírito de organização”. Os sindicatos incipientes careciam de programas operacionais. Havia divergências e conflitos entre as organizações à esquerda quanto à maneira de se ganhar o campo para a luta política. “As vozes que se fizeram ouvir no Congresso foram as dos dirigentes e não a dos camponeses”. Tratavam-se de pessoas que trazidas para a cidade, foram preparadas e retornaram ao campo para “politizar as massas”. O ponto alto do encontro foi a presença de Julião, que voltava de Cuba, onde fora recebido por Fidel Castro. Este enviara uma mensagem aos camponeses, lida em plenário. A menção à Cuba, recém-saído de uma revolução, emprestou mais força às reivindicações por uma reforma agrária.

Trabalhadores e estudantes começam a ocupar as ruas da capital com a realização de comícios e campanhas políticas. Com a eleição de

26 FIORIN, José Luiz. O Golpe de 64 - Discurso e ideologia. São Paulo: Atual, 1988, p. 2.

27 As informações constantes deste intertítulo foram coletadas através de relatos pessoais de militantes de movimentos políticos; também foram pesquisadas histórias de vida de militantes políticos, no arquivo de história oral da UFMG, projeto do Centro de Estudos Mineiros, criado pela Professora Lucília de Almeida Neves.

Sinval Bambirra (tecelão), Clodsmith Riani (eletricitário de Juiz de Fora) e Dazinho (mineiro da Mina de Morro Velho) para a Assembléia Legislativa do estado, a luta social ganha novos circuitos de poder na Belo Horizonte de 1962. Riani é eleito para a CNTI e torna-se um dos fundadores da CGT. Todavia, é a conjuntura 63 / 64 que provoca irrupções capazes de fazer com que as classes dirigentes se sentissem ameaçadas. Sinval Bambirra, deputado e membro da CGT é chamado a Brasília pelo chefe da Casa Civil, Darcy Ribeiro, para que encaminhasse aos trabalhadores um documento solicitando apoio à decretação do estado de sítio. A CGT se reúne e se posiciona contra a medida. Jango retira o projeto que já fora encaminhado ao Congresso Nacional.

Em Belo Horizonte, como em outras capitais, a liderança do movimento sindical estava nas mãos dos metalúrgicos. O movimento atraía outros setores, principalmente estudantes secundaristas e universitários, que forjavam na cidade a aliança operário-estudantil, vanguarda das lutas sociais do período. A UNE atinge tal força que chega a ser considerada o 4º poder da República. Dirigentes de entidades estudantis de Belo Horizonte participam de encontros com Goulart, em Brasília, para firmar acordos de apoio político. Com a chancela do governo federal, estudantes e trabalhadores tomavam as ruas e praças, fazendo do espaço público seu lugar de contestação e de luta. O Deputado Estadual Sinval Bambirra atuava também na Federação dos Trabalhadores de Tecelagem, alicerçando novas forças sociais no cenário político da capital mineira. No calor do movimento, as divergências continuavam entre as organizações à esquerda: umas defendiam que a luta devia partir do campo e outras que o reduto privilegiado era a cidade: objetivos se aproximavam, embora as táticas fossem diferentes.

Sob a liderança de Bambirra e Riani é fundado o Comando Municipal dos Trabalhadores, com sede no edifício “Balança Mas Não Cai”, esquina da avenida Amazonas com rua Tupis, reduto da Federação dos Tecelões. Era um braço da CGT e um grupo de ação: participava de greves, fundava ligas e sindicatos rurais, preparava mobilizações de massa. A cidade fervilhava. Militantes de classe média integravam o Comando Municipal de Trabalhadores, fortalecendo a aliança operário-estudantil-camponesa. Aderem ao Comando diversos sindicatos: dos mineradores, dos metalúrgicos, dos hidrelétricos, dos jornalistas, dos marceneiros, dos professores. Tratava-se de uma organização semi-oficial consentida pelas instituições do governo estadual, sendo governador Magalhães Pinto. Era um movimento que fermentava a luta social, expandindo suas influências, recrutando quadros, alicerçando programas. O Comando de Trabalhadores teve muitos conflitos, inclusive de rua, com a TFP, movimento à direita, dirigido por D. Sigaud, bispo de Diamantina. Negando a servidão a uma sociedade injusta e desigual em

direitos, as massas sublevam o cenário político citadino, exigindo as reformas de base.

O crescimento da mobilização popular cria espaço para a realização de um comício na cidade do Rio de Janeiro, a 13 de março de 1964, com a participação do presidente da República, que assinaria, no local, as reformas de base. Por essa razão, o encontro ficou conhecido pelo nome de Comício das Reformas, selando a aliança operário-estudantil-camponesa. Em Belo Horizonte, os sindicatos dos metalúrgicos, dos tecelões e entidades estudantis são convocados pelo Comando Municipal dos Trabalhadores para organizar a ida dos mineiros ao Rio. Sindicatos do interior do estado são também arregimentados para participar da caravana. A conjuntura é de prenúncios, efervescente, mas, estreita seus limites.

Na noite de 30 de março, o Comando Municipal dos Trabalhadores se reúne com a Aliança para traçar um plano face a perspectiva de golpe. Como os dirigentes iriam na manhã de 31 para Governador Valadares, o motorista foi abastecer o carro: os postos de gasolina não funcionavam, interditados pela polícia. Bambirra tenta telefonar: o telefone cortado. A reunião foi interrompida pela chegada do deputado José de Castro, pela manhã, informando que o Governador Magalhães Pinto havia “rompido com Jango”. O que fazer? O deputado pediu calma. Fora informado, quando atravessara a avenida Afonso Pena, que o Sindicato dos Bancários, situado à rua Tamóios, tinha sido invadido pela polícia, pessoas presas no local e máquinas de escrever jogadas pela escadaria e janelas”. Alguém vira os militares se dirigindo à faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, à rua Curitiba. Como agir? Na Federação, foram presos todos os sindicalistas reunidos, inclusive o deputado Sinval Bambirra.

Na mesma manhã de 31 de março, os estudantes chegavam à Faculdade de Ciências Econômicas para as aulas: esta escola liderava o movimento estudantil na capital. O prédio da rua Curitiba é invadido por militares e os alunos o deixam debaixo de baionetas. Na rua, paralisados, olham para o andar onde o Diretório Acadêmico está instalado. Membros da diretoria se trancaram por dentro, e colam faixas de repúdio à agressão nos vidros das janelas. A poucos metros, no mesmo quarteirão, o Sindicato dos Bancários, sendo parcialmente depredado²⁸.

Onde estão os trabalhadores da CGT? Onde estão os estudantes da UNE? Onde estão as Ligas de Julião? Onde está a Frente de Mobilização Popular? Onde está o Comando Municipal dos Trabalhadores de

28 VAN STRALEN, Terezinha B. de Souza. *Trincheira de Lutas — ação sindical e política dos bancários de Belo Horizonte — 1932-1964*. Tese de doutoramento defendida na Katholieke Universiteit Nijmegen — Derde Wereld Centrum, Holanda, 1996.

Minas Gerais? Onde está o dispositivo militar de Jango?

Responder a essas perguntas é difícil. A face violenta do regime fora planejada no curso da conspiração. Deflagrado o golpe, o tempo é de sombra, a história petrificada.

Em nome da subversão: prisões isoladas. As armas repressoras provocam a desconstrução do movimento sindical e político das classes subalternas. O medo e o terror marcam presença. A perseguição individual torna-se prática diária, comum. Grupos e organizações políticas à esquerda, procuram refúgio e formas de sobrevivência. A caçada humana é implacável: ameaças, prisões, listas de cassações de mandatos, expurgos no serviço público, listas negras incentivadas por delatores. Sindicatos e associações são colocados sob intervenção, para se evitar formas de organização independente. Será criado o Serviço Nacional de Informações (SNI), para coordenar, sistematizar e organizar o controle político-militar. Reina a delação. A fúria demolidora avassala.

Constata-se que o desejo de liberdade e de participação nos cenários iniciais dos anos sessenta integra as classes subalternas em movimento social mais amplo, que busca transformações da sociedade brasileira. Sedimenta sonhos de novos espaços, materializados na igualdade de direitos e de bem-estar social. Sagra utopias que, não raro, se recusam a partir, pois tocam fundo a pele. Hoje, para Rita Kehl, a sedução pelo novo é sinônimo de adesão, de conforto, de domesticação do desejo. Hoje, “não queremos mais ocupar as ruas; temos medo das ruas; que a horda fique com elas”²⁹.

Porém, integrar a história, segundo Kehl, não significa a cada instante sustentar “seu peso na memória consciente”; mas sim, “aprender com a experiência”³⁰. Não deixá-la congelar. Através da reflexão, sermos capazes de nos transformar. Não sermos sujeitos cindidos. Construídos de forma narcísica pelo mercado. Apropriados pelo individualismo exacerbado, seduzidos pela competitividade. Como fazer? Nietzsche dizia que a única coisa profunda é a superfície da pele. Chauí aponta que “perdemos a superfície da pele; estamos lá, no meio dos músculos e do sangue, mas com total desconhecimento da anatomia”³¹.

Esses são alguns apontamentos que entrego ao leitor para uma reflexão, lembrando que Belo Horizonte, filha primogênita do Brasil Republicano e da modernidade, foi batizada nas montanhas de Minas. E que após a cerimônia ensinaram-lhe o que era sagrado: teu nome cortará os ares, para aprenderes a amar a liberdade; verdes praças bordejarão árvores floridas, para aprenderes a amar a natureza; uma avenida de

29 KEHL, Maria Rita. “A Razão Depois da Queda”. In: Heloisa Rodrigues Fernandes (org.), op. cit., pp. 52-53.

30 KEHL, Maria Rita, op. cit., p. 46.

31 CHAUI, Marilena. Um conflito entre indivíduo e massa. Mimeo., p. 3.

contorno circundará teus negócios de Estado e de economia, para aprenderes a respeitar os limites do poder. Ao final, sussurraram aos ouvidos da cidade criança: não te esqueças nunca de construir os caminhos da igualdade. Igualdade de direitos e de deveres. Igualdade que negará a uniformidade. Igualdade cuja companheira será a fraternidade. Mas ... tudo isso só terá sentido, se contemples os sujeitos históricos de tua construção: os trabalhadores³².

32 Baseado in: GALEANO, Eduardo. As Palavras Andantes. Porto Alegre: LPM, 1994, p. 98.



APCBH/Coleção J. Góes

*Vista aérea dos bairros Lagoinha, Santo André e São Cristovão.
Em destaque o Conjunto IAPI. 1955.*